

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	11

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	19
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	21
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	22

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	180.894
Preferenciais	1.025.897
Total	1.206.791
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	9.447	9.701
1.01	Ativo Circulante	100	102
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	2
1.01.03	Contas a Receber	100	100
1.01.03.01	Clientes	100	100
1.02	Ativo Não Circulante	9.347	9.599
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	25	26
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	25	26
1.02.01.10.05	Títulos de Capitalização	25	26
1.02.03	Imobilizado	9.322	9.573
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.322	9.573
1.02.03.01.01	Custo Histórico	17.127	17.127
1.02.03.01.02	Depreciação Acumulada	-5.662	-5.411
1.02.03.01.03	Provisão pra Perdas	-2.143	-2.143

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	9.447	9.701
2.01	Passivo Circulante	4.566	2.402
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11	8
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7	3
2.01.01.01.01	INSS a Recolher	5	3
2.01.01.01.02	FGTS a Recolher	2	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4	5
2.01.01.02.01	Salários a Pagar	0	2
2.01.01.02.02	Férias a Pagar - 1/12 Avos Mensal	2	2
2.01.01.02.03	INSS S/ Férias a Pagar - 1/12 Avos Mensal	1	0
2.01.01.02.04	13º Salário a Pagar	1	1
2.01.02	Fornecedores	301	288
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	301	288
2.01.03	Obrigações Fiscais	484	336
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	414	236
2.01.03.01.05	CVM	293	160
2.01.03.01.08	Pis a Recolher	5	6
2.01.03.01.09	Cofins a Recolher	27	26
2.01.03.01.11	Parcelamento Lei 12.996/2014	65	44
2.01.03.01.13	Parcelamento Simplificado RFB	24	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	70	100
2.01.03.03.02	Parcelamento Ordinário IPTU	70	100
2.01.05	Outras Obrigações	3.770	1.770
2.01.05.02	Outros	3.770	1.770
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	3.770	1.770
2.02	Passivo Não Circulante	181.862	171.153
2.02.02	Outras Obrigações	181.862	171.153
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	181.449	170.580
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	181.449	170.580
2.02.02.02	Outros	413	573
2.02.02.02.03	Parcelamento CVM	344	475
2.02.02.02.05	Parcelamento Lei 12.996/2014	60	98
2.02.02.02.09	Parcelamento Simplificado RFB	9	0
2.03	Patrimônio Líquido	-176.981	-163.854
2.03.01	Capital Social Realizado	44.070	44.070
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-221.051	-207.924

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	272	544	272	463
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-113	-228	-113	-239
3.03	Resultado Bruto	159	316	159	224
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-26	-131	-630	-954
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-26	-131	-630	-954
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	133	185	-471	-730
3.06	Resultado Financeiro	-6.739	-13.312	-5.982	-11.276
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.739	-13.312	-5.982	-11.276
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-6.606	-13.127	-6.453	-12.006
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-6.606	-13.127	-6.453	-12.006
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-6.606	-13.127	-6.453	-12.006

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	-6.606	-13.127	-6.453	-12.006
4.03	Resultado Abrangente do Período	-6.606	-13.127	-6.453	-12.006

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-10.871	-9.921
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-12.876	-11.681
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.005	1.760
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	10.869	10.023
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2	102
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	102

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	44.070	0	0	-207.924	0	-163.854
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.070	0	0	-207.924	0	-163.854
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.127	0	-13.127
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	44.070	0	0	-221.051	0	-176.981

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	44.070	0	0	-174.966	0	-130.896
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	73	0	73
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.070	0	0	-174.893	0	-130.823
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.006	0	-12.006
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.006	0	-12.006
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	44.070	0	0	-186.899	0	-142.829

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	545	463
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-95	-772
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-95	-772
7.03	Valor Adicionado Bruto	450	-309
7.04	Retenções	-228	-251
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-228	-251
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	222	-560
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	222	-560
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	222	-560
7.08.01	Pessoal	21	19
7.08.01.01	Remuneração Direta	15	14
7.08.01.03	F.G.T.S.	6	5
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18	418
7.08.02.01	Federais	1	0
7.08.02.02	Estaduais	0	3
7.08.02.03	Municipais	17	415
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.310	11.009
7.08.03.01	Juros	13.310	11.009
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-13.127	-12.006
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-13.127	-12.006

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Apresentamos a Vossas Senhorias as demonstrações contábeis acompanhadas das correspondentes notas explicativas e parecer dos Auditores Independentes, relativos aos exercícios sociais findos em 30 de junho de 2026 e de 2025. Apesar de todos os esforços despendidos por todos os administradores, as atividades operacionais da companhia continuam paralisadas sem previsão da retomada das operações.

Permanecemos à disposição para quaisquer eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Parnamirim (RN), 14 de agosto de 2026.

Conselho de Administração

Presidente: Ruy Manoel Simões de Carvalho Turza Ferreira

Conselheiro: William Antônio dos Santos

Conselheiro: Luciana Roma Victor de Araujo

Diretoria:

Diretor-Presidente: Jarbas Guimarães Junior

Diretoria Comercial: Jarbas Guimarães Junior

Diretoria de Relações com Investidores: Ruy Manoel Simões de Carvalho Turza Ferreira

Contador: Francisco Ferreira Paz Junior

CRC 029260 PE – “S” RN

Notas Explicativas**EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FINOR****NIRE: 24300001193****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 30 de junho de 2026****Em Milhares de Reais****1. Contexto operacional**

A TECBLU - TECELAGEM BLUMENAU S/A, é uma sociedade anônima de capital aberto, e tem por objetivo social a industrialização e comercialização de produtos têxteis, principalmente toalhas para rosto, banho e copa. Inscrita no CNPJ-MF sob o nº 08.424.178/0001-71, NIRE 24300001193. Possui sede social na Rodovia BR-101, Km 15, Jardim Blumenau, Parnamirim-RN, CEP 59.150-000.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis encerradas em 30 de junho de 2026, aqui compreendidas: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis e dos preceitos da Legislação Comercial, Lei 10.406/2002, com observância das normas relativas às sociedades por ações, Lei 6.404/76 e alterações posteriores como a Lei 11.638/07, estão em conformidade com a legislação comercial, fiscal, tributária, as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB), os pronunciamentos, e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade Contábeis – CPC, aprovadas por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A empresa declara expressamente que a elaboração e a apresentação das Demonstrações Contábeis e Financeiras estão em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. A administração da empresa também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a empresa não possui prestação pública de contas e assim encontra-se apta a exercer a faculdade pela aplicação do previsto na Legislação vigente no Brasil.

A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas em sua gestão.

3. Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O Regime de Escrituração Contábil adotado pela TECBLU - TECELAGEM BLUMENAU S/A, é o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

Estas Demonstrações, estão apresentadas em REAIS, que é a moeda funcional da Cia. Assim os ativos, os passivos e os resultados apresentados nas demonstrações contábeis mesmo quando contratados em moeda estrangeira foram ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perdas resultantes do processo de conversão foram transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência

O prazo para segregação de ativos e passivos entre Circulante e Longo Prazo foi de um exercício social completo. Os Ativos e Passivos Circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os Passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridas.

As principais práticas contábeis na elaboração das Demonstrações Contábeis e Financeiras levaram em conta as características qualitativas e quantitativas conforme determina as Normas Brasileiras de Contabilidade, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas com normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) adequadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: mensuração de perdas estimadas; estimativas do valor justo; provisões; perdas por redução ao valor recuperável (Impairment) e a determinação da vida útil de determinados ativos. Neste quesito a responsabilidade profissional por tais estimativas são dos que efetivamente assinarem os respectivos laudos técnicos. Diante disso os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

A administração da Cia fez a análise sobre a recuperabilidade dos ativos levando em conta os principais indicadores de desvalorização e chegou à conclusão de que todos os ativos se encontravam a valor recuperável através da Venda ou do Uso, dispensando assim a realização dos testes efetivos de Impairment conforme NBC TG 01 (R4) e a Lei 6.404/1976.

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa (Disponibilidades) - CPC 03

Os equivalentes a caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A empresa considera equivalentes a caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas Explicativas**EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FINOR****NIRE: 2430001193**

Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são registrados em investimentos a curto prazo.

Os Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalente de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme critérios descritos abaixo:

- a. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado, é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido na negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a administração da empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base no seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela empresa. Após o reconhecimento inicial, os custos de transações atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.
- b. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis com vencimento definidos e para os quais a administração da empresa tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, estes são classificados como mantidos até o vencimento. Instrumentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

3.2. Outros Créditos e Despesas Antecipadas

Representam os créditos concedidos aos funcionários, assim como adiantamentos concedidos aos acionistas e fornecedores.

Os adiantamentos a fornecedores representam pagamentos efetuados antecipadamente ao recebimento das mercadorias e que representam direitos que findam mediante a entrega da mercadoria. Em caso contrário, tais direitos se convertem em créditos financeiros a serem ressarcidos pelo fornecedor.

As despesas antecipadas são aplicações em recursos cujo benefício ocorrerão no exercício seguinte. Serão apropriadas de acordo com o regime de competência, à medida que as despesas forem sendo efetivamente incorridas.

3.3. Imobilizado - CPC 01 e CPC 27

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação e as vidas úteis estimadas são as previstas pela legislação fiscal e são descritas abaixo:

Terrenos - Sem vida útil estimada**Edificações - 25 anos**

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Apesar da intenção de apurar o valor recuperável dos ativos observando a NBC TG 01, com base na Interpretação Técnica CPC 01, para apurar o custo atribuído de seus ativos, a TECBLU - TECELAGEM BLUMENAU efetuou a análise de seus ativos e, constatou que não há indicadores de desvalorização, bem como estes Ativos são realizáveis em prazos satisfatórios.

3.4. Fornecedores - CPC 12

Os fornecedores representam as compras a prazo efetuadas pela empresa. Atendendo ao princípio da relevância contábil, os fornecedores que possuam exigibilidade dentro de até 12 meses foram considerados isentos de despesas de juros.

3.5. Obrigações Fiscais - Regimes de tributação - CPC 32

A empresa adota o regime de tributação do Lucro Real Anual e calcula as alíquotas de 15% e 9% sobre a receita bruta mensal ou o balancete de redução, de acordo com o que for mais vantajoso para a empresa. Os valores recolhidos antecipadamente são considerados como antecipação de imposto, e no final do exercício será feita o ajuste anual comparando o imposto efetivamente devido sobre o lucro com o imposto recolhido durante o exercício.

Mensalmente, a empresa fez o levantamento de balancetes de redução/suspensão e, caso aplicável, efetuou o recolhimento do tributo nas alíquotas vigentes de 15% para o IRPJ e 9% para a CSLL. Em caso de não recolhimento, o devido passivo foi reconhecido e atualizado.

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços - ISS, às alíquotas vigentes em cada região, à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas, às alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. Já as receitas financeiras são tributadas por alíquotas reduzidas, sendo 0,65% para o PIS e 4% para a Cofins.

3.6. Empréstimos e Financiamentos - CPC 20

Notas Explicativas**EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FINOR****NIRE: 24300001193**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor presente acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos

3.7. Obrigações Trabalhistas e Sociais

A empresa remunera mensalmente seus funcionários e diretores, e reconhece mensalmente, obedecendo o regime de competência, os valores relativos às férias, 13º salário, licença remunerada, e demais encargos, conforme previsto nos códigos legais e trabalhistas vigentes no País.

3.8. Partes Relacionadas - CPC 05

A empresa reconhece como parte relacionada as suas entidades controladoras e coligadas, ou empresas que possuam significativo poder de voto, assim como as operações envolvendo seus sócios. As operações financeiras com partes relacionadas são feitas conforme contrato de mútuo e atualizadas monetariamente conforme os termos do contrato.

3.9. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre fundos, de adiantamentos concedidos e de recebimento de juros decorrente de vendas à prazo. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos.

As receitas e despesas de natureza financeira foram contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas aos títulos descontados ou ainda as relacionadas às operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear

4. Disponibilidades**Aplicações financeiras - Conta 110102**

Banco Bradesco S/A - c/c 30147-7

30/06/2026**31/12/2025**

-

3

-

3**5. Contas a receber****Contas a receber - Conta 110201**

Premium Distribuidora

30/06/2026**31/12/2025**

100

100

-

6. Realizável a Longo Prazo**Aplicações Financeiras - Longo Prazo -**

Título de Capitalização

30/06/2026**31/12/2025**

25

25

25

25**7. Ativo Imobilizado - Conta 1203****30/06/2026****31/12/2025**

	CUSTO HISTÓRICO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	PROVISÃO P/PERDAS	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Edificações	14.674	(5.662)	(2.143)	6.869	7.120
Terrenos	2.453		-	2.453	2.453
	17.127	(5.662)	(2.143)	9.322	9.573

8. Fornecedores**Fornecedores Nacionais - Conta 21020**

Serviços

30/06/2026**31/12/2025**

301

301

288

288**9. Obrigações Fiscais e Sociais****Obrigações Fiscais - Conta 210301**

Pis a Recolher

Cofins a Recolher

Parcelamento CVM

Parcelamento Lei 12.996/2014

Parcelamento IPTU

Parcelamento Simplificado RFB

30/06/2026**31/12/2025**

5

27

293

65

70

24

484

6

26

160

44

100

336**Obrigações Sociais - Conta 210302**

INSS a Recolher

FGTS a Recolher

5

2

7

3

3**Total de Obrigações Fiscais e Sociais****491****339**

Notas Explicativas**EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FINOR****NIRE: 24300001193**

10. Obrigações Trabalhistas	30/06/2026	31/12/2025
Obrigações com Pessoal - Conta 2104		
Salários a Pagar	-	2
13º Salário a Pagar	1	1
Férias 1/12 Avos a Pagar	2	2
INSS e FGTS S/ Férias 1/12 Avos a Pagar	1	-
	4	5
11. Outras Obrigações	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamento de Clientes - Conta 21050:		
Diversos	3.000	1.000
	3.000	1.000
Outras Contas a Pagar - Conta 210503		
ALNX Boutique Ltda	193	193
Bijouly IpanemaBoutique Ltda	193	193
Enaile Boutique Calçados Ltda	192	192
Via Curtume Icarai Boutique Ltda	192	192
	770	770
Total de Outras Obrigações:	3.770	1.770
12. Empréstimos e Financiamentos	30/06/2026	31/12/2025
Débitos com partes Relacionadas - Conta		
Concretudo Construções (iii)	77.875	74.542
São Bento Textil Ltda (i)	86.167	79.897
Itapissuma Agroindustrial S/A (ii)	17.407	16.141
	181.449	170.580

(i) Contrato de Mútuo.

- Firmado em 14 de agosto de 2023;
- Valor limite: R\$ 100.000.000,00;
- Finalidade: Aplicação de recursos na realização de investimentos ou utilização como capital de giro para a manutenção do projeto localizado no município de Parnamirim (RN);
- Prazo máximo de pagamento: 5 anos, contados a partir da celebração do contrato;
- Encargos financeiros: Variação da TJLP ou a que vier substituí-la, em 6% a.a. até a data do efetivo pagamento.

(ii) Contrato de Mútuo.

- Firmado em 05 de maio de 2023;
- Valor limite: R\$ 25.000.000,00;
- Finalidade: Aplicação de recursos na realização de investimentos ou utilização como capital de giro para a manutenção do projeto localizado no município de Parnamirim (RN);
- Prazo máximo de pagamento: 5 anos, contados a partir da celebração do contrato;
- Encargos financeiros: Variação da TJLP ou a que vier substituí-la, em 6% a.a. até a data do efetivo pagamento.

(iii) Contrato de Mútuo.

- Firmado em 05 de maio de 2023;
- Valor limite: R\$ 100.000.000,00;
- Finalidade: Aplicação de recursos na realização de investimentos ou utilização como capital de giro para a manutenção do projeto localizado no município de Parnamirim (RN);
- Prazo máximo de pagamento: 5 anos, contados a partir da celebração do contrato;
- Encargos financeiros: Variação da TJLP ou a que vier substituí-la, em 6% a.a. até a data do efetivo pagamento.

13. Obrigações Fiscais e Sociais - Longo Prazo	30/06/2026	31/12/2025
Obrigações Fiscais - Longo Prazo - Conta 220301		
Parcelamento Lei 12.996/2014	61	98
Parcelamento CVM	343	475
Parcelamento - RFB	9	
	413	573

13.1. As Contingências

Notas Explicativas

EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FINOR

NIRE: 24300001193

Os Passivos e ativos considerados contingentes não foram reconhecidos conforme previsto na NBC TG 25/CPC 25. As provisões quando constituídas encontram-se fortemente alicerçadas nas opiniões dos assessores jurídicos ou advogados, levando em conta a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais. Assim, a administração considera que tais provisões são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. Mesmo que algum passivo esteja sendo discutido judicialmente, tal obrigação, é mantida até o ganho definitivo quando não couberem mais recursos ou quando da sua prescrição.3.13 – A Companhia apresenta um Passivo à Descoberto (Patrimônio Líquido Negativo), em 31 de dezembro de 2025, porém a Diretoria pretende elaborar planos de curto e médio prazo com o objetivo de reverter esta situação.

As declarações de renda da sociedade estão abertas à fiscalização por um período prescricional de 05 (cinco) anos e os documentos trabalhistas e previdenciários, por período de até 30 anos nos termos da legislação vigente. Não se conhece eventuais custos contingenciais a incidir, em caso de eventuais fiscalizações.

14. Patrimônio Líquido

14.1. Patrimônio Líquido

A Companhia apresenta um Passivo à Descoberto, portanto seu patrimônio líquido da empresa é negativo, pela absorção dos prejuízos acumulados auferidos.

14.2. Capital social

O capital autorizado é representado por 1.380.000 unidades de ações escriturais, sem valor nominal. O capital subscrito e integralizado de R\$44.070 é representado por 1.207.000 de ações escriturais, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no país, na seguinte distribuição:

Tipo de Ações/ Acionistas	Quantidade Em Mil	% P/ Tipo	% Total
Ordinárias			
Itapissuma Agroindustrial e Mercatil Ltda	8.140	6,75%	45,00%
São Bento Textil Ltda	9.942	8,24%	54,96%
Concretudo Construções Ltda	2	0,00%	0,01%
Jarbas Guimarães Júnior	1	0,00%	0,01%
Outros acionistas	4	0,00%	0,02%
Total ações ordinárias	18.089	14,99%	100,00%

Notas Explicativas**EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FINOR****NIRE: 24300001193****Preferenciais****Preferenciais Classe A**

Itapissuma Agroindustrial e Mercantil Ltda	564	0,47%	1,97%
São Bento Textil Ltda	12.399	10,27%	43,34%
Concretudo Construções Ltda	8.369	6,93%	29,26%
Outros acionistas	<u>7.275</u>	<u>6,03%</u>	<u>25,43%</u>
	<u>28.607</u>	<u>23,70%</u>	<u>27,89%</u>

Preferenciais Classe B

Itapissuma Agroindustrial e Mercantil Ltda	2	0,00%	0,01%
Outros acionistas	<u>12</u>	<u>0,01%</u>	<u>0,04%</u>
	<u>14</u>	<u>0,01%</u>	<u>0,01%</u>

Preferenciais Classe C

Itapissuma Agroindustrial e Mercantil Ltda	279	0,23%	0,98%
Outros acionistas	<u>73.690</u>	<u>61,06%</u>	<u>257,59%</u>
	<u>73.969</u>	<u>61,29%</u>	<u>258,57%</u>

Total ações preferenciais	<u>102.590</u>	<u>85,01%</u>	<u>100,00%</u>
TOTAL	<u>120.679</u>	<u>100,00%</u>	

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas, gozam de outros direitos legais e estatutários.

15. Receitas**30/06/2026****31/12/2025****Receita Bruta - 310104**

Aluguel de Imóveis Próprios

600	1.202
<u>600</u>	<u>1.202</u>

Impostos s/ Receita Bruta - 310202

(-) Pis

(10)	(17)
------	------

(-) Cofins

(46)	(77)
------	------

<u>(56)</u>	<u>(94)</u>
--------------------	--------------------

Receita Líquida

<u>544</u>	<u>1.108</u>
-------------------	---------------------

16. Custo das Receitas**30/06/2026****31/12/2025****Custos Indiretos - 420103**

Encargos de depreciações

(228)	(466)
<u>(228)</u>	<u>(466)</u>

17. Despesas administrativas**30/06/2026****31/12/2025****Despesas Gerais Administrativas - Conta 4302**

Despesas com Pessoal

(21)	(41)
------	------

Serviços Terceirizados

(83)	(63)
------	------

Despesas Tributárias

(18)	(420)
------	-------

Despesas Gerais

(9)	(509)
-----	-------

<u>(131)</u>	<u>(1.033)</u>
---------------------	-----------------------

18. Outras Receitas Operacionais**30/06/2026****31/12/2025****Outras Receitas não classificadas anteriormente - 310504**

Receita de Indenização Judicial

-	1.000
<u>-</u>	<u>1.000</u>

19. Resultado Financeiro**30/06/2026****31/12/2025****Receitas financeiras Financeiras - 4303**

Rendimentos de aplicações financeira

-	-
<u>0</u>	<u>-</u>

Despesas Financeiras - 4303

Juros e Encargos

(13.312)	(23.697)
<u>(13.312)</u>	<u>(23.697)</u>

Resultado financeiro líquido

<u>(13.312)</u>	<u>(23.697)</u>
------------------------	------------------------

O resultado foi apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

Notas Explicativas**EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FINOR****NIRE: 24300001193****20. Seguros**

Em 30 de junho de 2026 e 2025, a empresa não mantinha cobertura de seguros.

21. Paralisação das atividades

Em 2008 a companhia teve que paralisar suas atividades operacionais devido, principalmente à conjuntura econômica influenciada pela crise financeira mundial, atrelada a política cambial e a invasão de produtos importados dentro do setor têxtil. Desde aquele ano a companhia vem tentando atrair investidores que pudessem aportar recursos que possibilitassem a retomada de suas atividades, porém sem êxito. Os acionistas controladores vêm aportando recursos apenas e tão somente para quitar débitos fiscais parcelados com benefícios de redução de juros e multas concedidos pelo Governo Federal, assim como para a manutenção e proteção de suas instalações. Portanto, o motivo principal que levou a administração da companhia a adotar o pressuposto da continuidade operacional, foi e continua sendo a expectativa de a crise financeira que se acentua no Brasil, seja controlada e que possa obter recursos em médio prazo para que assim possa retomar suas operações.

Pelo exposto fica evidenciado que, sem alterações nos fatores que levaram à paralisação das atividades, a retomada das operações somente irá acarretar maiores perdas para a companhia (cujo patrimônio líquido já é negativo) e também para seus acionistas.

Os Acionistas e Administradores da Companhia, optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da Cia, declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da Cia em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da Cia, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A Administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista, que referenda estas demonstrações contábeis, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da Cia a este profissional.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Ruy Manoel Simões de Carvalho Turza Ferreira

Conselheiro: William Antonio dos Santos

Conselheiro: Luciana Roma Víctor de Araújo

Notas Explicativas

CNPJ nº 08.424.178/0001-71
EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FINOR
NIRE: 24300001193

DIRETORIA

Diretor-Presidente: Jarbas Guimarães Junior

Diretoria Comercial: Jarbas Guimarães Junior

Diretoria de Relações com Investidores: Ruy Manoel Simões de Carvalho Turza Ferreira

CONTADOR

Francisco Ferreira Paz Junior

Contador - CRC 029260 PE - "S" RN

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Rua U-81, 110, St. União, Goiânia-GO., CEP 74.313-720 - E-mail: wsa2709@hotmail.com - Celular 62 99978-9805

Página 1 de 3

ILMO SRS. ACIONISTAS E ADMINISTRADORES

TECBLU – TECELAGEM BLUMEAU S/A.

ATT. SR. JARBAS GUIMARÃES JUNIOR

PARNAMIRIM-RN.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO

2º TRIMESTRE DE 2026 ENCERRADAS EM 30 DE JUNHO.

OPINIÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Examinamos as Demonstrações Contábeis e Contábeis da Empresa TECBLU – TECELAGEM BLUMEAU S/A., do 2º Trimestre, encerradas em 30 de junho de 2026, que compreendem o Balanço Patrimonial(BP), as Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE), as Demonstrações do Resultado Abrangente(DRA), as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido(DMPL), as Demonstrações do Fluxo de Caixa(DFC), para o período findo naquela data, bem como as respectivas Notas Explicativas da Diretoria, correspondendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa TECBLU – TECELAGEM BLUMEAU S/A., do 2º Trimestre de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

BASE PARA OPINIÃO DO AUDITOR

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”. Somos independentes em relação à Companhia auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalvas.

ÊNFASE - INCERTEZA SIGNIFICATIVA RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Companhia apresenta, em 30 de junho de 2026, um Passivo à Descoberto de R\$ 176.981.927,70, referente aos mútuos com coligadas/ligadas. A descontinuidade operacional da Companhia e seus consequentes prejuízos acumulados geram incerteza quanto à liquidação dos referidos débitos, porém os Administradores da Companhia estão cientes de seu Passivo à Descoberto, e tem a intenção de liquidar todos os seus débitos para dar continuidade às suas operações, na qual não existe ressalva.

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 21 “Paralisação das Atividades”, às demonstrações contábeis e Contábeis, que descreve a paralisação de suas atividades operacionais em 2008 devido, principalmente à conjuntura econômica influenciada pela crise financeira mundial, atrelada a política cambial e a invasão de produtos importados dentro do setor têxtil. Desde aquele ano a companhia vem

Rua U-81, 110, St. União, Goiânia-GO., CEP 74.313-720 - E-mail: wsa2709@hotmail.com - Celular 62 99978-9805

Página 2 de 3

tentando atrair investidores que pudessem aportar recursos que possibilitassem a retomada de suas atividades, porém sem êxito. Os acionistas controladores vêm aportando recursos apenas e tão somente para quitar débitos fiscais parcelados com benefícios de redução de juros e multas concedidos pelo Governo Federal, assim como para a manutenção e proteção de suas instalações. Portanto, o motivo principal que levou a administração da companhia a adotar o pressuposto da continuidade operacional, foi e continua sendo a expectativa de a crise financeira que se acentua no Brasil, seja controlada e que possa obter recursos em médio prazo para que assim possa retomar suas operações. Portanto fica evidenciado que, sem alterações nos fatores que levaram à paralisação das atividades, a retomada das operações somente irá acarretar maiores perdas para a companhia (cujo patrimônio líquido já é negativo) e também para seus acionistas.

OUTROS ASSUNTOS: INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao 2º Trimestre de 2026, findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, na qual apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações Contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade de permanecer operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas atividades, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis e Contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Rua U-81, 110, St. União, Goiânia-GO., CEP 74.313-720 - E-mail: wsa2709@hotmail.com - Celular 62 99978-9805

Página 3 de 3

?

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

?

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia Tecblu - Tecelagem Blumenau S/A.

?

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

?

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

?

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia-GO, 14 de agosto de 2026.

WALKÍRIA DA SILVA ALENCAR

AUDITOR INDEPENDENTE

CRC-GO 11.601-O CVM 11436 Assinado digitalmente por WALKIRIA DA

SILVA ALENCAR:37485962191

DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC

SOLUTI Multipla v5 G2,

OU=09461647000195,

OU=Videoconferencia, OU=Certificado PF

A1, CN=WALKIRIA DA SILVA ALENCAR:

37485962191

Razão: Eu sou o autor deste documento

Localização:

Data: 2026-08-14 13:19:42

WALKIRIA DA

SILVA

ALENCAR:

37485962191

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Parnamirim (RN), 14 de agosto de 2026.

À
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ASSUNTO: Declarações requeridas – Art. 27º da Instrução CVM 80/2022

Os Administradores da TECBLU – TECELAGEM BLUMENAU S.A., abaixo indicados, declaram para os devidos fins e efeitos, nos termos do Art. 27º da Instrução CVM 80/2022 que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras levantadas em 30/06/2026 e 31/12/2025.

Diretor Presidente: Jarbas Guimarães Junior

Diretoria Comercial: Jarbas Guimarães Junior

Diretoria de Relações com Investidores: Ruy Manoel Simões de Carvalho Turza Ferreira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Parnamirim (RN), 14 de agosto de 2026.

À
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ASSUNTO: Declarações requeridas – Art. 27º da Instrução CVM 80/2022

Os Administradores da TECBLU – TECELAGEM BLUMENAU S.A., abaixo indicados, declaram para os devidos fins e efeitos, nos termos do Art. 27º da Instrução CVM 80/2022 que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras emitido em 14 de agosto de 2026 relativo as demonstrações financeiras levantadas em 30/06/2026 e 31/12/2025.

Diretor Presidente: Jarbas Guimarães Junior

Diretoria Comercial: Jarbas Guimarães Junior

Diretoria de Relações com Investidores: Ruy Manoel Simões de Carvalho Turza Ferreira